Excesso de médicos na região sul do Brasil

Excess of physicians in southern Brazil

Telmo Pedro Bonamigo[1]

RESUMO

Introdução: Por muitos anos houve falta de médicos em muitas cidades do Brasil. Porém, a política nacional para a abertura de faculdades de medicina vem se caracterizando por um crescente e excessivo número de vagas ofertadas nos últimos anos. O objetivo deste estudo foi avaliar os dados sobre a criação de novas faculdades de medicina nos três estados da região sul do Brasil, analisando-os em relação ao número de matrículas disponibilizadas e o número de médicos formados nos três estados que compõem a região. **Métodos:** Os diretores das faculdades de medicina nos três estados da região sul foram contatados para a obtenção dos dados sobre a criação de suas instituições. Realizou-se também a análise de dados referentes ao número de médicos formados e registrados nos conselhos regionais de medicina dos três estados no período de 1960 a 1999. **Resultados:** Houve um expressivo aumento no número de instituições criadas e vagas oferecidas ao longo dos anos em todos os estados analisados. No período de 1960 a 1999, o estado do Rio Grande do Sul já era autossuficiente em matrículas médicas, porém os estados de Santa Catarina e Paraná ainda apresentavam um número insuficiente de matrículas em cursos médicos. **Conclusão:** Apesar do número de médicos ter sido insuficiente durante alguns anos, os três estados analisados já apresentam um excessivo número de médicos formados. É necessário, portanto, analisar a relação entre o atual número comprovadamente excessivo de médicos e o quanto isto possa prejudicar a qualidade do atendimento ao paciente.

UNITERMOS: Médicos, Medicina/Tendências, Medicina/Dados numéricos.

ABSTRACT

Introduction: *For many years there was a shortage of physicians in many Brazilian cities. However, the national policy for the creation of medical colleges has been characterized by an excessive and increasing number of offered vacancies in recent years. The aim of this study was to evaluate the data for the creation of new medical schools in three southern states of Brazil, analyzing them in relation to the number of available registrations and the number of graduated doctors in the three states comprising the region.* ***Methods:*** *The directors of medical schools in three southern states were contacted to obtain data on the establishment of their institutions. We also analyzed the data on the number of graduated physicians registered in the regional medical councils of the three states from 1960 to 1999.* ***Results:*** *There was a significant increase in the number of created institutions and offered vacancies over the years in all three states analyzed. In the 1960-1999 period, the state of Rio Grande do Sul was self-sufficient in medical enrollments, but the states of Santa Catarina and Paraná still had an insufficient number of enrollments in medical courses.* ***Conclusion:*** *Although the number of physicians was insufficient for several years, today the three states already have an excessive number of medical graduates. It is therefore necessary to examine the relationship between the excessive number of physicians and how this might affect the quality of patient care.*

KEYWORDS: *Physicians, Medicine, Trends, Medicine, Numerical Data.*

[1] Professor Titular de Cirurgia Vascular da UFCSPA. Chefe de Cirurgia Vascular da Santa Casa.

51202_miolo_106.indd 160 14/07/2011 14:26:21

INTRODUÇÃO

Por muitos anos houve falta de médicos em muitas cidades do Brasil e a remuneração dessa atividade era uma das mais reconhecidas entre os profissionais liberais. Os médicos eram muito solicitados e, assim, o valor do seu trabalho era colocado em um nível que gerava ambição ou desejo de que um número muito grande de estudantes pudesse habilitar-se ao curso de medicina, até mesmo aqueles sem vocação para a missão que é o exercício médico.

Do ponto de vista social, os médicos tinham um prestígio local muito grande, às vezes acima de autoridades da cidade. O médico era o responsável pelo cuidado da saúde e muito valorizado, principalmente, pela capacidade de evitar o óbito dos pacientes sempre que possível.

A soma desses fatores estimulou políticos a intermediarem negociações junto a autoridades públicas para a criação de inúmeras faculdades de Medicina, mesmo depois de várias regiões já terem atingido um número suficiente de matrículas. Além disso, algumas universidades privadas, que não tinham curso de Medicina, criaram o seu curso, pois, além de um retorno econômico maior pelo custo mais alto do seu ensino, a autoestima dos seus alunos e administradores era ampliada.

Ao longo dos anos, tal política tem se traduzido em um crescente e excessivo número de vagas ofertadas e de médicos formados, colocando em dúvida o futuro desses profissionais.

Este estudo teve como objetivo avaliar os dados sobre a criação de novas faculdades de medicina nos três estados da região sul do Brasil: Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Analisou-se também o número de matrículas disponibilizadas, o número de médicos formados e a sua relação com a criação das faculdades de Medicina.

MÉTODOS

Foram utilizados para a pesquisa dados de dois estudos já publicados na Revista da Associação Médica do Rio Grande do Sul (AMRIGS) (1, 2) e informações recebidas em resposta a correspondência específica enviada aos diretores das faculdades de medicina nos três estados da região sul do Brasil. Os dados sobre a criação de novas faculdades de medicina são apresentados em tabelas que descrevem a cronologia da criação das faculdades por estado, incluindo a data de sua inauguração e o número de vagas oferecidas.

O procedimento de contato por correspondência também foi utilizado para a obtenção de dados junto aos conselhos regionais de medicina dos três estados da Região Sul (CREMERS, Rio Grande do Sul; CRMSC, Santa Catarina; CRMPR, Paraná) com relação ao número de médicos formados e registrados em seus estados. Com base nesses dados, foi realizada uma análise do percentual de médicos recém-formados que permaneceram em seus estados, do percentual de médicos que emigraram para outros estados e do percentual de formados em outras regiões que vieram para cada um dos estados. A análise desses dados compreendeu o período de 1960 a 1999.

RESULTADOS

Os dados sobre a cronologia da criação de faculdades de Medicina e o número de vagas oferecidas em cada instituição nos três estados da Região Sul do Brasil – Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná – são apresentados nas Tabelas 1, 2 e 3, respectivamente. Observa-se um expressivo aumento no número de instituições criadas e vagas oferecidas ao longo dos anos em todos os estados analisados.

No Rio Grande do Sul, o CREMERS registrou somente 76,0% dos médicos formados no estado nesse período; 23,5% dos seus formandos emigraram para outros estados ou mesmo outros países. O Rio Grande do Sul recebeu 0,47 % de médicos provindos de outros estados durante o período analisado.

Segundo registros no CRMSC, Santa Catarina absorveu quase todos os médicos (90%) formados no estado nesse período. É interessante observar que, além de absorver 90% dos formados em Santa Catarina, o CRMSC registrou ainda 67% provindos de outros estados, majoritariamente do Rio Grande do Sul.

No Paraná, 63% dos inscritos no CRMPR nesse período eram formados em outros estados e somente 37% eram médicos formados no Paraná.

DISCUSSÃO

O presente estudo examinou dados sobre a criação de novas faculdades de Medicina e a sua relação com o número de matrículas disponibilizadas e de médicos formados nos três estados da região sul do Brasil, avaliando as suas consequências em três fases: quando havia insuficiência de vagas, quando o número de vagas atingiu o necessário e quando o número de vagas tornou-se excessivo.

Observa-se que a primeira faculdade de Medicina do Rio Grande do Sul, a da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), criada em 1898, permaneceu como a única até 1954 (Tabela 1). Deve ser reconhecido que nesse período o número de médicos no estado se tornava insuficiente à medida que a população gaúcha aumentava. A escassez de médicos era tão significativa que um grande número de alunos, ao alcançar o quinto ou sexto ano, recebia convites de cidadãos representativos (como políticos ou religiosos) para, ao concluir o curso, trabalhar em seus distritos. Esses estudantes provinham geralmente do interior do Rio Grande do Sul, ou mesmo de Santa Catarina, onde não havia faculdade de Medicina na época.

Como o número de aprovados na URGS começava a superar o número de vagas disponíveis (40), foram criadas mais faculdades de Medicina no estado para absorver os

51202_miolo_106.indd 161 14/07/2011 14:26:21

chamados "excedentes" e, em 1966, o Rio Grande do Sul já contava com cinco faculdades de Medicina em atividade (Tabela 1). Segundo Rigatto (1), esse número seria suficiente para a população gaúcha naquele momento, conforme considerações sobre uma assistência médica adequada à população em relação ao número de médicos formados.

TABELA 1 – Criação de faculdades de medicina no Rio Grande do Sul (1898-2006) e suas vagas

Ano	Faculdade	Vagas
1898	URGS, Porto Alegre	140
1954	UFSM, Santa Maria	100
1961	FCM, Porto Alegre	88
1962	UCPEL, Pelotas	100
1963	UFPEL, Pelotas	96
1967	FURG, Rio Grande	70
1967	UCS, Caxias do Sul	64
1969	UPF, Passo Fundo	50
1970	PUCRS, Porto Alegre	74
1996	ULBRA, Canoas	100
2006	UNISC, Santa Cruz do Sul	60
	Total de faculdades: 11	Total de vagas: 942

FCM: Faculdade Católica de Medicina de Porto Alegre; FURG: Universidade Federal do Rio Grande; PUCRS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; UCPEL: Universidade Católica de Pelotas; UCS: Universidade de Caxias do Sul; UFPEL: Universidade Federal de Pelotas; UFSM: Universidade Federal de Santa Maria; ULBRA: Universidade Luterana do Brasil; UNISC: Universidade de Santa Cruz do Sul; UPF: Universidade de Passo Fundo; URGS: Universidade do Rio Grande do Sul.

No mesmo estudo, Rigatto (1) faz uma estimativa sobre o número de médicos existentes em 1955 (3.066) e a população do estado (6.182.000), que correspondia a uma relação de 1 médico para cada 2.016 habitantes. Ele ponderou que, se fossem mantidas as mesmas cinco faculdades e se a população continuasse a crescer com a mesma velocidade, chegaríamos ao ano 2000 com 12.500 médicos formados e nossa população atingiria 14.882.000, uma relação de 1 médico para cada 1.190 habitantes, o que, na prática, estaria atendendo a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS).

No entanto, com o aumento do número de faculdades de cinco em 1966 para nove em 1996, já neste último ano o estado apresentava excesso de médicos: 21.517 médicos para uma população de 9.634.688 habitantes, ou seja, 1 médico para cada 447 habitantes (2). Apesar da emigração de alguns médicos para outros estados do Brasil, há 15 anos o Rio Grande do Sul já apresentava mais do que o dobro da relação médico/habitante recomendada pela OPAS e OMS.

Com relação ao estado de Santa Catarina, durante muitos anos, seus habitantes interessados em cursar Medicina concorriam para as universidades do Rio Grande do Sul e Paraná, pois o estado não contava com faculdades de Medicina. A primeira faculdade de Medicina do estado, a da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), foi criada somente no ano de 1960, com 103 vagas. No entanto, apesar da demora em abrir suas primeiras faculdades, em 45 anos o estado já contava com 10 escolas (Tabela 2). Sendo assim, é possível afirmar que o estado, no momento atual, possui um número exagerado de matrículas médicas e, provavelmente, um percentual dos seus alunos terá dificuldades para encontrar mercado de trabalho.

TABELA 2 – Criação de faculdades de medicina em Santa Catarina (1960-2005) e suas vagas

Ano	Faculdade	Vagas
1960	UFSC, Florianópolis	100
1989	FURB, Blumenau	66
1998	UNIVALI, Vale Itajaí	38
1998	UNISUL, Palhoça	60
1998	UNISUL, Tubarão	50
1998	UNIVILLE, Joinville	44
1998	UNESC, Criciúma	32
2001	UNOESC, Joaçaba	50
2003	UNIPLAC, Lages	40
2005	UNOCHAPECO, Chapecó	40
	Total de faculdades: 10	Total de vagas: 520

FURB: Universidade de Blumenau; UFSC: Universidade Federal de Santa Catarina; UNESC: Universidade do Extremo Sul Catarinense; UNIPLAC: Universidade do Planalto Catarinense; UNISUL: Universidade do Sul de Santa Catarina; UNIVALI: Universidade do Vale do Itajaí; UNIVILLE: Universidade da Região de Joinville; UNOCHAPECO: Universidade Comunitária da Região de Chapecó; UNOESC: Universidade do Oeste de Santa Catarina.

O Paraná foi o estado da Região Sul que melhor soube administrar a criação de novas faculdades. É bem verdade que, por muitos anos, permaneceu com somente a faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná (UFPR), criada em 1912. A segunda faculdade surgiu em Curitiba em 1957, na Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), e, apenas oito anos depois, surge a faculdade de Medicina da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Naquele momento o número de vagas no estado era de 180 por ano (Tabela 3). Obviamente, esse era um número insuficiente e o *deficit* era suprido pelos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, que já apresentavam um excessivo número de médicos formados.

TABELA 3 – Criação de faculdades de medicina no Paraná (1912-2008) e suas vagas

Ano	Faculdade	Vagas
1912	UFPR, Curitiba	176
1957	PUCPR, Curitiba	180
1965	UEL, Londrina	80
1969	Fepar, Curitiba	100
1987	EEM, Maringá	40
1996	UNIOESTE, Cascavel	40
2002	UP, Curitiba	50
2002	UEPG, Ponta Grossa	41
2007	Uningá, Maringá	100
2008	GAG, Cascavel	40
	Total de faculdades 10	Total de vagas: 847

FAG: Faculdade Assis Gurgacz; FEPAR: Faculdade Evangélica do Paraná; PUCPR: Pontifícia Universidade Católica do Paraná; UEL: Universidade Estadual de Londrina; UEM: Universidade Estadual de Maringá; UEPG: Universidade Estadual de Ponta Grossa; UFPR: Universidade Federal do Paraná; UNIOESTE: Universidade Estadual do Oeste do Paraná; UP: Universidade Positivo.

51202_miolo_106.indd 162 14/07/2011 14:26:22

Ressalta-se que, além do número de médicos ter sido insuficiente durante alguns anos, a sua distribuição nos estados da região sul foi também inadequada (3).

De acordo com os dados obtidos dos conselhos regionais de medicina da região sul para o período de 1960 a 1999, nessa época, o estado do Rio Grande do Sul já era autossuficiente em matrículas médicas. Já os estados de Santa Catarina e Paraná, durante o período citado, ainda apresentavam um número insuficiente de matrículas em cursos médicos.

No estado de Santa Catarina, como havia poucas vagas, quase todos os médicos formados eram absorvidos. No entanto, refletindo uma política que era inicialmente restritiva para a abertura de faculdades, mas que vem se caracterizando por um excesso de vagas nos últimos anos, Santa Catarina, a partir de 1998, atinge um número de matrículas acima de suas necessidades.

No estado do Paraná ocorre fenômeno semelhante. Durante muitos anos houve um número insuficiente de matrículas e, no período de 1960 a 1999, apenas 37% dos inscritos no CRMPR eram formados no estado.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o dinamismo entre o crescimento maior ou menor da população em cada estado, relacionado ao número de formados em medicina por ano, bem como o destino que cada um deles toma na escolha do seu local de trabalho, são variáveis que alteram a relação número de médicos para número de habitantes. Dados do Conselho Federal de Medicina mostram que a atual relação médico/habitante nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná é de 1/411 hab. (RS), 1/462 hab. (SC) e 1/522 hab. (PA) (4). Esses índices, tão valorizados pela OMS e OPAS, nos três estados aqui analisados, apresentam uma relação muito acima do recomendado pelas instituições (mais do dobro dos números propostos pela OMS e OPAS). Este lamentável fato é devido à falta de bom senso que deveria orientar a produção e distribuição do trabalho médico em todo o território.

CONCLUSÃO

Além da criação de novas faculdades de medicina, analisadas no presente estudo, diversos fatores de ordem econômica, social e política têm contribuído para o excessivo número de médicos observado atualmente. Situações como o número razoável de estudantes que frequentam cursos de medicina na Bolívia, Argentina e outros países do Mercosul, ou ainda em Cuba, assim como demandas judiciais que obrigam os conselhos regionais de medicina a autorizar o exercício médico apesar de formação reconhecidamente insuficiente, também têm gerado uma ampla discussão para impedir a abertura de novas e desnecessárias faculdades.

Portanto, é necessário analisar profundamente a relação entre o atual número comprovadamente excessivo de médicos e sua qualificação e o quanto isto possa prejudicar a qualidade do atendimento ao paciente.

É importante que os médicos tomem consciência desta questão, discutam com seus colegas e exijam de nossas autoridades médicas, políticas e administrativas um posicionamento mais criterioso, visando predominantemente o benefício do paciente e não o interesse dos políticos e seus aliados.

Finalmente, devemos ressaltar que os pacientes não podem ser prejudicados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos presidentes dos conselhos regionais de medicina e aos diretores das faculdades de medicina do Rio Grande do Sul pelas informações fornecidas: Dr. Fernando Weber Matos, presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (CREMERS); Dr. Sérgio Faraco, presidente do Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina (CREMSC); Dr. Carlos R.G. Rocha, presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná (CRMPR); Prof. Dr. Mauro A. Czepielewski, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); Dra. Leris Haeffner, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Ajácio Brandão, da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA); Dr. Ivan Antonello, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS); Dr. Sandro Oliveira, da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL); Dr. Farid B. Lunan, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Dra. Sandra Crippa Brandão, Universidade Federal do Rio Grande (FURG); Dr. Asdrúbal Falavigna, da Universidade de Caxias do Sul (UCS); Dr. Adroalldo Mallmann, da Universidade de Passo Fundo (UPF); Dr. Airton Scheneider, da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) e Dr. Pedro Lúcio de Souza, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Agradeço, ainda, a colaboração do Dr. Bruno Coelho, São Borja, RS.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Rigatto M. Criação de novas faculdades de medicina e aumento do número de matrículas médicas no Rio Grande do Sul. Rev AMRIGS. 1966;10(2):7-13.
2. Bonamigo TP. Explosão das matrículas médicas no Rio Grande do Sul. Rev AMRIGS. 2004;48(4):248-51.
3. Bonamigo TP. Má distribuição dos médicos no Brasil. Conselho Federal de Medicina. Ano XIV. n. 125, jan. 2001 (12).
4. Conselho Federal de Medicina. Estatística médico por habitante – Sul. Brasília: CFM. Disponível em: http://portal.cfm.org.br:8080/grafico_estatistica/jsp/grafico.jsp?section=Sul&series=. Acesso em: 18 mar. 2011.

✉ Endereço para correspondência
Telmo Pedro Bonamigo
Rua Cel. Bordini, 675/303
90440-001 – Porto Alegre, RS – Brasil
☎ (51)) 3333-1642
💻 telmobonamigo@terra.com.br

Recebido: 22/3/2011 – Aprovado: 28/3/2011

51202_miolo_106.indd 163 14/07/2011 14:26:22